

Edição 1| Setembro de 2023

ENFRENTA.

**VISÕES E AÇÕES DO
EXECUTIVO NO TEMA DA
DESINFORMAÇÃO
CIENTÍFICA**

APRESENTAÇÃO

O Oxê simboliza as duas faces de todos os fatos que se concretizam no mundo. Nesse sentido, ele traz a dualidade da vida e da morte; da verdade e da mentira, do bem do mal; da ação e da inércia; do justo e do injusto. E este é o símbolo do Projeto Enfrenta!. E com essa simbologia, não poderia ser diferente, trata-se de uma iniciativa da Academia de Ciências da Bahia com a Fundação Conrado Wessel (FCW) busca discutir e reunir conhecimentos sobre a desinformação e trazer possibilidades para debelar esse problema que se espalha velozmente em todo o mundo.

Primeiro de uma série com sete encontros, o webinar **Visões e ações do executivo e legislativo no tema da desinformação científica**, realizado no dia 8 de agosto, na Fiocruz Brasília, foi aberto pelo presidente da Academia de Ciências da Bahia (ACB) Manoel Barral-Netto que fez uma provocação: “Não é possível pensar que sairemos dessa situação tão grave sem agir muito cedo. Precisamos parar de formar cientistas que se sentem ‘super bons’ tecnicamente, mas que não são cidadãos responsáveis. É preciso que eles se insiram na sociedade, entendam realmente o que está se passando para que a ciência seja realmente para o bem social”.

Neste sentido, o presidente da ACB toca no fato de que muitos cientistas não estão ainda preocupados com a divulgação científica de seus trabalhos e possuem um baixo vínculo com a comunidade que lhes cerca.

02.



Para o acesso ao webinar:
<https://bit.ly/Enfrenta1>





João Brant

É doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo, com mestrado em Regulação e Políticas de Comunicação pela London School of Economics, atual Secretário de Política Digital da Secretaria de Comunicação da Presidência da República.. Foi Secretário Executivo do Ministério da Cultura [2015-16]. É investigador e consultor em políticas de comunicação, Internet e cultura, tendo prestado serviços de consultoria à UNESCO, PNUD, Fundação Ford, Global Partners, OBSERVACOM, entre outras instituições. Atualmente é diretor do Instituto Cultura e Democracia e coordenador do projeto Desinformante.

É Secretária de Vigilância em Saúde e Ambiente do Ministério da Saúde. Ela é enfermeira, formada pela Universidade Federal do Espírito Santo, mestre em Enfermagem de Saúde Pública, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, e doutora em saúde coletiva/epidemiologia, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, com pós-doutorado em epidemiologia pela Johns Hopkins University. Ethel é professora titular da UFES, onde também ocupou o cargo de vice-reitora. Ela compõe o grupo técnico da Organização Mundial de Saúde [OMS] para tuberculose e é membro do grupo assessor para eliminação da tuberculose nas Américas da Organização Pan-Americana da Saúde e representa o Brasil na Rede Governamental de Pesquisa em Tuberculose dos países do BRICS.

Ethel Maciel



Político brasileiro filiado ao Partido Comunista do Brasil [PCdoB]. Foi ministro do Esporte. Na Câmara dos Deputados, foi vice-líder. presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviços Públicos, e líder da bancada do PCdoB. Orlando Silva foi relator do Marco Civil da Internet, que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. A lei também aborda questões como neutralidade da rede e privacidade dos usuários e da Lei Geral de Proteção de Dados e da Lei das Fake News, e autor do Projeto de Lei 2630/20 que institui a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet.



Orlando Silva

Não era a ciência que desmentia a política?

Na Ucrânia, os ataques russos teriam um cenário de cadáveres que andam como zumbis, aqui no Brasil a mamadeira em formato fálico teria sido distribuída pelo Ministério da Educação, uma ex-Ministra da Cultura compartilhou vídeo com informação falsa sobre suposta fraude nas urnas eletrônicas e uma parte da população resiste a tomar vacina temendo desde o autismo ao HIV. Tem-se, nesse contexto, um cenário de onda ultraconservadora que se espalha no mundo, uma forte irracionalidade que ainda precisa ser investigada, e a circulação potente de informações infundadas.

Tudo, então, revela que o país vive uma crise democrática grave, em que mentiras propositalmente atuam na alteração da opinião pública e, desta forma, a descrença na ciência não é mais um discurso vestigial, mas faz parte inclusive da forma como a nação foi gerida. De acordo com [publicação da Organização Pan-Americana de Saúde \(OPAS\)](#), de março a junho de 2020, foram 76 informações consideradas fake news divulgadas diretamente o site oficial do governo federal brasileiro. Nesse cenário, como fica o papel do cientista? Como enfrentar o desafio de levar informações devidamente apuradas e ganhar a confiança e legitimidade confiada à classe por séculos?

A partir de uma iniciativa da Academia de Ciências da Bahia (ACB) com a Fundação Conrado Wessel (FCW) se deu início neste mês de agosto o projeto Enfrenta! Que inicia com uma série de webinários, trazendo pesquisadores, autoridades públicas, com objetivo de discutir o fenômeno das [desinformações](#) e as implicações para a ciência. Os webinários estão previstos até o mês de outubro objetivam reunir informações que sirvam de inspiração para que fundações, institutos e financiadores da ciência ajam com vistas em diminuir os danos da desinformação. Para que isso seja possível, a comunidade científica também precisa se engajar.

05.

“O objetivo é mobilizar para a Enfrentamento, mas dando bases científicas para isso”, pontuou Barral-Netto, que estava na mesa como mediador. Ao seu lado, também com a tarefa de mediar o debate, estava o cientista político, Leonardo Avritzer, que inicia sua participação comentando sobre como a desinformação abala a democracia. Ele explica que a democracia só é possível porque ao fim dos resultados das eleições, os governados aceitam quem irá governar e que essa autoridade irá tomar as decisões necessárias. “A desinformação abala os fundamentos da ordem democrática”, pontua o cientista, autor de diversas obras sobre democracia, como A Moralidade da Democracia.

Para ilustrar como essa ordem é afetada, a desinformação levou ao descrédito nas autoridades públicas em diferentes instâncias, incluindo o que médicos e secretarias de saúde informavam. “Quando nós perguntamos aos brasileiros se os hospitais estavam aumentando os casos de Covid-19 para receberem mais dinheiro, 56% disseram que sim”, comenta Avritzer referindo-se à pesquisa do Instituto da Democracia e da Democratização da Comunicação (IDCC-INCT), órgão do qual esta à frente. Mas, pensando a história da humanidade, a mentira sempre existiu no âmbito da política, mas a ciência estava ali para desmentir, citando a filósofa Hanna Arendt. “A mudança de ordem é que, agora, a política determina a mentira na ciência”, comentou Avritzer.



**A mudança de ordem é
que, agora, a política
determina a mentira
na ciência”**

Leo Avritzer
IDCC-INCT



06.



“O que se vê agora é uma proximidade agentes do poder e a população, contudo sem a responsabilidade legal e moral com o que se diz nos diferentes meios de comunicação”

João Brant

Secom

Fazendo uma contextualização histórica, o pesquisador lembrou do movimento iluminista e que nunca estivemos tão em sentido oposto. Diante disso, a realidade atual, nos revela uma forte rejeição à racionalidade, um fenômeno que move multidões e divide a sociedade politicamente, justifica o pesquisador Avritzer. Com o olhar também de quem é doutor em doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP), Joao Brant, Secretário de Políticas Digitais da Secretaria de Comunicação da Presidência da República, trouxe a questão tecnológica da mudança como a sociedade foi alterada com o advento dos smartphones, que surgem em 2007, e com tecnologia multimídia espalhada nas mãos de milhões de pessoas, muda a forma como a sociedade se comunica e como as mídias produzem conteúdo.

A lógica do engajamento, levada à risca por engenheiros de softwares, condiciona o modo de produção do jornalismo, que por anos esteve pautada em princípios como o interesse público, a cidadania e vigilância dos poderes, por exemplo. Dessa forma, o que circula não possui “a lógica de accountability de ter que responder pelos atos”, explica o gestor.

Brant informa que em pesquisa da Secom, tem-se que “28% dos brasileiros receberam algum tipo de desinformação ou notícias de que a vacina provoca muito mal à saúde pelo Whatsapp”. O Secretário lembrou que movimentos antivacinas existem há anos e fez um paralelo com Revolta da Vacina (1904, Rio de Janeiro), cuja questão também tem a ver com a comunicação. Mas, naquele caso, a resistência estava associada com a dificuldade dos agentes públicos para alcançar diferentes camadas sociais, mediante os desafios tecnológicos do início do século XX. O que se vê agora é uma proximidade agentes do poder e a população, contudo sem a responsabilidade legal e moral com o que se diz nos diferentes meios de comunicação.

A regulação pode fortalecer a liberdade dos usuários, fortalecer os sistemas de moderação de conteúdo e atacar riscos sistêmicos da atividade das plataformas”, comenta Brant.

Nessa rede, com a proteção do anonimato, com a hiper fragmentação da informação, que retira pedaços de um conteúdo e coloca em contextos diferentes, e a segmentação dessas informações, por conta das lógicas de softwares, são fatores que contribuem para que a sociedade esteja vivendo essa situação de informações enganosas. Para diminuir essa situação, o secretário explica que está sendo feita uma ação de enfrentamento à desinformação contra a vacina, que tem aspectos de responsabilização de quem divulga informação enganosa, conta com inteligência artificial, tem um setor jurídico que é coordenado pela Advocacia Geral da União (AGU). O projeto tem mais cinco ministérios atuando e mostra o interesse do governo atual para atacar o problema.

“28% dos brasileiros receberam algum tipo de desinformação ou notícias de que a vacina provoca muito mal à saúde pelo Whatsapp”

João Brant

Secom



Do Agente Comunitário de Saúde à Indústria Farmacêutica: ação articulada do Ministério buscar enfrentar a desinformação

Baixo estoque vacinal, inclusive das doses de proteção contra a Covid-19, vacinas vencidas, nenhuma ação com objetivo de recuperação dos índices de cobertura vacinal e **um movimento consolidado antivacina que saltou de 1% até o início dos anos 2000, para 11% atualmente, conforme dados do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)**. Este foi o cenário encontrado pela gestão da Secretaria de Vigilância da Saúde e Ambiente atual ao buscar compreender a situação atual do Programa Nacional de Imunização (PNI), o maior do mundo. E foi assim que se iniciou a apresentação da atual líder da secretaria, a enfermeira Ethel Maciel, e que foi descrito no webinar **Visões e ações do executivo e legislativo no tema da desinformação científica**, no dia 8 de agosto, na Fiocruz Brasília.

Diante desse contexto, está sendo desenvolvido uma frente com Estratégias de Comunicação e Enfrentamento à Desinformação sobre Vacinas. Uma vez encontrado tal cenário, foi repostos os estoques e iniciada a Campanha Nacional Pela Vacinação que foi ao território do Yanomamis, cujas condições de saúde estavam diretamente afetadas pelo garimpo ilegal. Em seguida, no sentido de mudar o discurso antivacina que estava no poder, o presidente da república foi vacinado no lançamento da campanha da Vacinação Bivalente, que contou com a contribuição de diversos artistas. Ainda no campo de embate discursivo, o Zé Gotinha reaparece e vai a diversos eventos para lembrar da vacinação, relata a secretaria. “Então o Zé Gotinha passa a ser esse personagem resgatado da importância da vacinação e defesa da vida”, descreve Maciel, que é enfermeira formada pela Universidade Federal do Espírito Santo e doutora em saúde coletiva/epidemiologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).





Outra estratégia adotada foi a diversificação midiática, houve uma melhoria no fluxo de informações para jornalismo formal e uma aproximação com a Secretaria de Comunicação e uma busca por estratégias de enfrentamento legais. “As ações que estamos lidando são ações criminosas”, comenta a secretaria. Ainda nesse sentido, foi realizado o Workshop de Planejamento da Recuperação da Cobertura Vacinal que reuniu representantes de todos os grupos de pesquisa que investigam a vacinação no país. Essa ação dividiu o trabalho em 4 diferentes eixos, que visam monitorar a vacinação, treinar e capacitar os municípios, atuar numa frente de comunicação e combate a desinformação, e construir um planejamento que considere as diferenças do território.

As ações desse projeto já estão sendo pensadas como o treinamento dos agentes comunitários para que eles estejam capacitados a desmentir informações erradas sobre a vacinação, criação de modelos de respostas a partir das tecnologias da informação e comunicação e há também um trabalho para identificar rumores nos Centros de Informações Estratégicas de Vigilância em Saúde (CIEVS). Além disso, a secretaria também está atuando junto ao **Google, Meta, Kwai e Tik Tok estabelecendo um diálogo com as plataformas**. Somado a isso, tem-se também uma aproximação maior com associações médicas, conselhos de saúde, e as empresas que fabricam vacinas

10.

A indústria farmacêutica foi acionada a somar esforço com o propósito de fortalecer o combate à desinformação. **“No sentido que, se não tivermos quem tome a vacina, não compraremos suas vacinas”**. Por fim, a campanha trabalha juridicamente em um plano de contingência que reúne o Ministério de Justiça, a Secretaria de Comunicação, a Advocacia Geral da União e a Controladoria Geral da União e deve ser anunciado nos próximos meses. O modelo apresentado deixou o moderador Manoel Barral Netto entusiasmado com o estudo de caso importante já que o desfecho de aumento da taxa de vacinação, assim como as taxas de infecção e doença preveníveis são quantitativas e podem, quando analisadas em profundidade, permitir conclusões sólidas com possibilidade de replicação dessas medidas em outras questões que estão esbarrando no problema da informação infundada e enganosa.



**As ações que
estamos lidando
são ações
criminosas”**

ETHEL MACIEL

SVSA



A mentira certa chega a quem interessa na era do tratamento de dados pessoais

Houve um tempo que as escolas, espaços de produção do conhecimento, celebravam a vacinação. Hoje, os índices vacinais preocupam as autoridades. A fala nostálgica é do relator do **Projeto de Lei 2630/20 que institui a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet**, deputado Federal, Orlando Silva, baiano e que traz a questão dos dados pessoais como um dos grandes pontos para entender o crescimento da desinformação na sociedade. Ele abriu sua fala com o fato de que a desinformação sempre existiu, mas na era do tratamento e uso de dados pessoais para direcionar públicos, isso se tornou ainda mais perigoso, detalha o legislador, que atuou na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), Lei 13.709/18.

Houve um tempo que as escolas, espaços de produção do conhecimento, celebravam a vacinação. Hoje, os índices vacinas preocupam as autoridades. A fala nostálgica é do relator do Projeto de Lei 2630/20 que institui a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet, deputado Federal, Orlando Silva, baiano e que traz a questão dos dados pessoais como um dos grandes pontos para entender o crescimento da desinformação na sociedade. Ele abriu sua fala com o fato de que a desinformação sempre existiu, mas na era do tratamento e uso de dados pessoais para direcionar públicos, isso se tornou ainda mais perigoso, detalha o legislador, que atuou na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), Lei 13.709/18.

“As redes sociais sabem o que será a minha necessidade amanhã”. A força da desinformação “vem da potência de saber direcionar, de forma especializada, usando minhas informações e as informações das pessoas com quem me relaciono”. A fala do agente público explica a formação de bolhas que mexem com a ordem democrática, citada no início do webinar. Orlando Silva citou que **existe um *streaming* que, ancorado por teorias conspiratórias, quer recontar a história do Brasil e que contribui fortemente para fazer circular informações que favorecem diferentes modelos de negócios.** Para ilustrar isso, citou o fato de que as informações inverídicas contra a vacina fortaleceram a venda de medicações contra a Covid, que na verdade, não tinham nenhuma comprovação científica fundamentada.

Nesse sentido, o agente público defende que um dos pilares do projeto é a defesa da liberdade de expressão, ao criar mecanismos que busquem garantir liberdade ao usuário. De forma simultânea, o projeto assegura às plataformas o direito de moderar o conteúdo, quando notar que a informação é potencialmente enganosa, ou que pode gerar danos, as plataformas precisam ter o direito de moderar o conteúdo, defende. Faz-se necessário lembrar que essa informação ao circular constantemente, de fato, leva a crítica aos sistemas peritos, como por exemplo, o sistema eleitoral, às urnas eletrônicas, entre outros. “Pode ser uma rotulagem, pode ser a retirada, mas ela tem o dever de sinalizar”.



A respeito de uma noção equivocada de que essa legislação está associada à censura, o deputado lembra que o projeto de **Lei 2630 tem inspirações em legislações europeias e o próprio pensamento do qual se apoia se inspira em noções democráticas. “Nosso caminho, é um caminho de pró-regulação”, comentou, lembrando que a legislação brasileira se diferencia da norteamericana, que inclusive prevê imunidade para plataformas. espaços de difusão de informação.**

Ainda sobre o projeto, estão previstas regras de transparência, na medida em que os algoritmos precisam ser descritos e divulgados de forma clara para toda a sociedade, o que também é inspirado nas legislações europeias. Essa medida serve para que todos entendam os critérios de seleção daquilo que vai ser direcionado para cada público. Por fim, a responsabilização pela divulgação de informações erradas e penalização, principalmente, naquelas que incorram em crimes de saúde pública, ou crimes contra a democracia, no geral. “E é preciso criar regras para quem ocupa posições chaves para responsabilizar sobre aquilo que diz. Essas pessoas de grande poder precisam responder de forma diferente”, pontua. ■

**“E é preciso criar regras
para quem ocupa
posições chaves para
responsabilizar sobre
aquilo que diz”,**

Orlando Silva

Deputado Federal



14.

Realização:



Academia de
Ciências da Bahia

FUNDAÇÃO CONRADO WESSEL
FCW

Texto: Karina Costa

Editor-Chefe: Manoel Barral-Netto

Edição: Setembro, 2023

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.8322729>